

Repúdio a execuções na Nigéria

O Senado encaminhará ao governo da Nigéria um voto de repúdio contra o enforcamento de nove ativistas dos direitos humanos. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem pelo plenário da Casa. Na opinião do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), autor do requerimento, aquela execução "foi um ato de barbárie, que provocou a justa indignação da opinião pública mundial".

Aprovada mudança na desestatização

Os membros do Conselho Nacional de Desestatização, os administradores das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização e os administradores de instituições públicas detentoras de ações dessas empresas poderão ficar impedidos de adquirir, por si ou terceiros, ações ou bens objeto de privatização. A vedação está prevista em alteração aprovada ontem pelo Senado na Lei 8.031/90, que criou o programa.

A matéria vai agora à Comissão Diretora para redação final, quando será submetida a turno suplementar de votação, e em seguida será encaminhada à Câmara.

Na mesma sessão, o Senado aprovou alteração ao Código Penal para determinar que, se o crime de seqüestro for cometido em concurso, o concorrente que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

Também foi aprovada autorização para o estado do Paraná emitir Letras Financeiras visando à rolagem dos títulos vencidos no 1º semestre de 96.



A condenação à atitude do chefe da fiscalização do BC foi unânime entre os senadores ontem na CAE

Ausência de depoente do Banco Central gera críticas

Senadores defendem a instalação da CPI e decidem solicitar ao BC relatórios de inspeções feitas no Banco Nacional, nos últimos dez anos

Odacir Soares cobra recursos para a saúde

A saúde pública no Brasil, em 1995, continuou na UTI, apesar do discurso governamental repassado de preocupações sociais. A constatação é do senador Odacir Soares (PFL-RO), ao alertar o governo e a sociedade para a necessidade de serem ouvidos os "clamores" do ministro Adib Jatene, que, "com sacrifício de seus interesses pessoais, persiste na luta em favor dos mais fracos".

Para o senador, é ao mesmo tempo edificante e deprimente "ver um ministro do porte de Adib Jatene de pires na mão, mendigando recursos para poder salvar a saúde dos brasileiros".

Segundo Odacir Soares, o ministro Adib Jatene operou o

"milagre" de manter vivo o Sistema Único de Saúde (SUS), combatendo "a fraudulenta e já crônica sangria" das verbas que lhe são destinadas e promovendo a melhoria da gestão do sistema.

Contraditando os que afirmam faltar ao Ministério da Saúde organização e não recursos, Odacir mostrou que os gastos nacionais com a saúde não ultrapassam a R\$ 25 bilhões, ou seja, R\$ 150,00 por habitante/ano, enquanto a

França, com um terço da população brasileira, emprega US\$ 100 bilhões (US\$ 1800,00/habitante/ano) e os Estados Unidos gastam mais de US\$ 800 bilhões por ano para 260 milhões de habitantes.



Odacir Soares

A segunda recusa do chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira, em atender convite da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar depoimento sobre denúncia de fraudes no Banco Nacional, levou vários senadores a defenderem a imediata instalação da CPI. Sem o depoimento previsto para ontem, a CAE decidiu solicitar ao Banco Central cópias dos relatórios de inspeções feitas no Nacional, nos últimos dez anos.

Os líderes dos partidos de oposição no Senado reúnem-se às 17 horas de hoje com representantes da CUT, Força Sindical, ABI, OAB e CNBB, para discutir estratégias visando assegurar a instalação da CPI do Sistema Financeiro. A informação foi dada ontem no plenário pelo senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB.



Guilherme Palmeira

Palmeira pede ajuda para Alagoas

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) dirigiu ontem apelo ao ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, José Eduardo Andrade Vieira, para que mobilize recursos técnicos e econômicos destinados a salvar a pecuária de leite no estado de Alagoas. Ele lembrou que a agricultura constitui uma das metas do programa de governo de Fernando Henrique Cardoso.

Palmeira destacou que a crise do setor sucro-alcooleiro em Alagoas é irreversível e, por isso, pediu ajuda imediata para a pecuária leiteira, que "beira o estado de calamidade pública, o que seria um golpe mortal no mercado de trabalho alagoano". Entre os problemas da pecuária, Palmeira citou a falta de condições de superar a concorrência internacional em produtividade e preço; a adversidade do clima; o alto valor dos impostos; e a carência de tecnologias.

Projeto que acaba com prisão especial é rejeitado em plenário

Proposta de Suplicy visava acabar com distinção concedida a autoridades e a todos os diplomados em cursos superiores



Miranda (E) e Geraldo Melo: questão regimental

Comissão analisa dúvida sobre Código de Trânsito

A Comissão Especial destinada a analisar o projeto que institui o Código de Trânsito Brasileiro, presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), decidiu na noite de ontem ouvir a Consultoria Jurídica do Senado e tentar definir, junto à Presidência da Casa, as alternativas pos-

síveis diante do problema levantado, em relatório preliminar, pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM): a existência de "grave incidente procedimental ocorrido na Câmara dos Deputados", onde a proposta foi apreciada apenas por comissão especial, e não pelo plenário.

Homenagem a Israel Pinheiro

O Congresso Nacional vai realizar no dia 11 de abril uma sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento de Israel Pinheiro, primeiro prefeito de Brasília. Reque-

mento nesse sentido, apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi aprovado ontem pelo plenário. A decisão será comunicada à Câmara dos Deputados.

Depois de longa discussão, o Senado decidiu por 45 votos a 12 manter o instituto da prisão especial a que têm direito ministros, governadores, jornalistas, oficiais da marinha mercante e todos os diplomados em cursos superiores. O projeto de lei havia sido apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que o defendeu com o argumento de que a medida cumpre o postulado constitucional de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, Romeu Tuma (PSL-SP), manteve seu voto contrário ao projeto, mas afirmou que a proposição "é um grito de alerta ao país". Também posicionaram-se contra o projeto os senadores José Ignácio (PSDB-ES), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Bernardo Cabral (AM), Roberto Requião (PMDB-PR) e Josaphat Marinho (PFL-BA).

A defesa do projeto de Suplicy foi feita por Roberto Freire (PPS-PE), Ademir Andrade (PSB-PA) e Marina Silva (PT-AC).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: *Votação de requerimentos de diversos senadores solicitando a tramitação conjunta ou retirada de projetos; e discussão do "Parecer de Plenário (em substituição à Comissão de Educação) sobre o PLS nº 47/95, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se a "PEC nº 53/95, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; o PLS nº 73/95 (terminativo), que modifica o parágrafo 1º do art. 74 do Código de Processo Penal para incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento de crimes contra a administração pública, o sistema financeiro nacional, a segurança social e a ordem tributária; PLS nº 54/95 (terminativo), que cria a Ouvidoria-Geral da República, e dá outras providências; PLS nº 62/95 (terminativo), que dispõe sobre o controle social dos atos de gestão da administração pública empreendidos ou descentralizados no âmbito estadual ou municipal, através de programas federais e assegura o livre acesso dos cidadãos às informações relativas às finanças públicas; PLS nº 227/95 (terminativo), que autoriza a criação da Comissão Especial de Investigação, com âmbito de atuação na administração pública federal dire-

ta e indireta, e dá outras providências. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.328/96, que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos.

Pauta: Eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.327/96, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências

Pauta: Exposição do presidente da diretoria nacional do Instituto Brasileiro dos Contadores (Ibracon) e sócio de Auditoria da Price Waterhouse Auditores Independentes, Irineu de Mula, e do ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, Hugo Rocha Braga. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.329/96, que isenta do imposto de importação e do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral

Pauta: Eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Ausência de depoente do BC é condenada

A segunda recusa do chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira, em atender convite da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), a fim de prestar depoimento sobre a denúncia de fraudes no Banco Nacional, dominou a reunião na manhã de ontem, quando ele deveria ser ouvido pela comissão.

A condenação à atitude de Ferreira foi unânime, e o presidente do órgão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), comunicou a expedição de novo convite ao servidor do BC, fixando nova data para seu comparecimento - próxima

terça-feira, 20. Estão convidados para depor no mesmo dia os irmãos Marcos e Eduardo Magalhães Pinto, antigos controladores do Banco Nacional.

A CAE decidiu na reunião de ontem solicitar ao Banco Central cópias dos relatórios de inspeções feitas no Banco Nacional, nos últimos 10 anos. O objetivo, explicou o presidente da comissão, é verificar se a fiscalização dos técnicos do Banco Central já havia detectado indícios de fraudes naquela instituição.

Os debates na Comissão de Assuntos Econômicos em torno das denúncias de crimes no mercado financeiro e das cons-

tantes recusas de convidados da CAE em prestar depoimento culminaram com intervenções dos parlamentares defendendo a conveniência e necessidade de instalação imediata da CPI dos Bancos, proclamada sucessivamente pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Gilberto Miranda, Pedro Simon (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Júnia Marise (PDT-MG), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Osmar Dias (PSDB-PR).



Ademir Andrade

Defesa da CPI traz entidades ao Senado

Os líderes dos partidos de oposição no Senado retinam-se às 17h de hoje com representantes da CUT, Força Sindical, ABI, OAB e CNBB, para discutir estratégias visando a assegurar a instalação da CPI do Sistema Financeiro, informou ontem o líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA).

A realização do reunião foi decidida pelo próprio Ademir e mais os seguintes senadores: Júnia Marise (MG), líder do PDT, Roberto Freire (PE), líder do PPS, e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de criação da CPI.

Em nome da oposição, Ademir Andrade congratulou Antonio Carlos Valadares pela iniciativa do requerimento. Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), após associar-se à manifestação de Ademir, criticou o colunista Zóximo, por ter publicado, na sua coluna em *O Globo*, matéria "injuriadora e danosa" à pessoa de Antonio Carlos Valadares.

No exercício da presidência da sessão, Valadares esclareceu que os problemas ocorridos no sistema financeiro foram denunciados pela imprensa, e cabe a esta, agora, apoiar a CPI.

Líder cobra de Serra informação sobre auditoria

O senador José Eduardo Dutra (SP), líder do PT, cobrou ontem do ministro da Fazenda, José Serra, resposta a requerimento de informações relativas a licitação para avaliação econômico-financeira da Companhia Vale do Rio Doce. O senador disse ter encaminhado o requerimento em janeiro.

Dutra assinalou que a KPMG, que fez parte da "suspeita" auditoria do Banco Nacional, também integra consórcios que analisam a privatização da Vale "e que talvez esse seja um dos motivos do retardamento das respostas ao requerimento."

O requerimento solicita os nomes dos consórcios vencedores de licitação para o chamado serviço A, que corresponde à avaliação da estatal, e do chamado serviço B, que estuda as condições e o modelo de privatização.

O senador pretende saber também quais as empresas que fazem parte dos consórcios que assinaram recentemente contratos com o BNDES, gestor do programa de privatização.

Para Nabor, crime de colarinho branco é tão grave quanto tráfico

"O economista PhD que falseia o balanço de um banco é tão criminoso quanto o iletrado que lidera bandos fortemente armados e alimenta os vícios dos dependentes de drogas", disse ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Na opinião do parlamentar, o crime do colarinho branco pode ser até mais grave que o crime comum, "porque parte do pressuposto da impunidade e é praticado com o tácito consentimento das autoridades que deveriam coibi-lo".

Nabor Júnior afirmou que existe uma correlação direta entre o dinheiro desviado pelos estelionatários de colarinho bran-



Nabor Júnior

co e a falta de recursos para a sociedade resolver seus problemas. Ele argumentou que se o governo deixasse de aplicar elevadas somas em um programa para salvar os bancos quebrados, sobraría mais dinheiro para garantir serviços básicos à população.

- Quantos benefícios seriam gerados para a nação com os R\$ 15 bilhões roubados ou fornecidos aos criminosos de colarinho branco? - indagou o senador.

- Quantas crianças poderiam ser alimentadas e educadas, quantas famílias receberiam moradia digna, quantos empregos seriam gerados?

Comissão tem 2 depoimentos hoje

A Comissão Mista que examina a medida provisória que estabelece medidas de fortalecimento do sistema financeiro (MP 1.327/96) vai ouvir hoje, a partir das 10h, a exposição de Irineu de Mula, sócio da empresa de auditoria Price Waterhouse. Na mesma reunião, falará o ex-diretor da

Comissão de Valores Mobiliários Hugo Rocha Braga.

Mais tarde, às 16h, será instalada a comissão mista que examinará a medida provisória que isenta de IPI e de Imposto de Importação os equipamentos de informática comprados pelo Tribunal Superior Eleitoral.



Júnia Marise

Júnia registra modernização do Estado de Minas

Os 69 anos de fundação do jornal *O Estado de Minas*, que coincidem com uma modernização gráfica, foram registrados ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG).

A reforma gráfica em nada muda sua linha editorial - disse a senadora. O senador Júlio Campos (PFL-MT), na presidência da Mesa, associou-se às homenagens ao jornal mineiro.

Jefferson: prefeito acusa ONG de manipular índios



Jefferson

Uma carta do prefeito do município amazônense de Eirunepé foi lida pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM). O

prefeito denunciava a intenção de antropólogos e de ONGs estrangeiras de demarcarem grande área do município para "meia dúzia de famílias" de indígenas que teriam sido para ali transferidos. O senador, que disse não encampar "a esdrúxula idéia de que os índios têm terras demais", informou que remeterá a denúncia ao ministro da Justiça. O prefeito lembra que 100 índios kulina e 180 kanamary já detêm 1,4 milhão de hectares do município.

Mauro elogia escolha de Michel Temer

A indicação do deputado Michel Temer para relatar a proposta de reforma da Previdência foi elogiada ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). "Neste momento em que ele assume um grande sacrifício em nome dos interesses superiores do país, creio ser um dever de todas as forças políticas do PMDB, independente de sentimentos pessoais ou de diferenças momentâneas, respaldar a ação política desse companheiro de conduta inatacável."



Mauro Miranda

- Não há dúvida de que a reforma da Previdência, tanto quanto as reformas administrativa e tributária, é um marco para a reconstrução de nossas verdades, camufladas pelo clientelismo e pela corrupção durante muitas décadas de desmandos. Precisamos suprimir privilégios para encerrar com altivez aqueles que não os têm - afirmou Mauro Miranda.

Alcântara destaca atendimento na Biblioteca do Senado

Ao reportar-se à comemoração, ontem, do Dia Nacional do Bibliotecário, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a qualidade do serviço oferecido pela Biblioteca do Senado e "a presteza e a polidez" de seus servidores.

Segundo o senador, decorridos 130 anos de sua criação, a biblioteca continua prestando serviços inestimáveis à cultura brasileira. Ele lembrou que a



Alcântara

biblioteca teve origem em 1866, quando o Visconde de Abaeté, presidente do Senado, inaugurou livreria com apenas 39 volumes.

Já Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o atendimento que recebeu sexta-feira por parte de uma funcionária da Biblioteca. No exercício da presidência do Senado, Júlio Campos (PFL-MT) informou que tomará providências para que o fato não se repita.

Ao comunicar ao plenário que a sexta turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu *habeas corpus* para libertação dos líderes dos sem-terra, inclusive Diolinda Alvez de Souza, presa em Presidente Prudente há mais de um mês com três companheiros, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que se trata de "uma decisão histórica". A decisão beneficiou o líder José Rainha Júnior, cuja prisão havia sido decretada, mas que estava foragido desde janeiro.

Dutra ponderou que os juízes, ao tomarem decisões como o mandado de prisão para líderes de sem-terra, não podem levar em consideração unicamente a frieza das leis, mas sempre ter em mente que "as leis são feitas para defesa da vida". "Como é possível manter atrás das grades sem-terra que só querem um lugar para plantar e viver em paz quando se sabe que continuam soltas pessoas que deram prejuízos de até R\$ 5 bilhões aos países, como no caso do Banco Nacional?"

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que acompanhou no STJ a votação do *habeas corpus* em favor dos líderes dos sem-terra, informou aos senadores que o ministro que presidiu a sessão do tribunal, Adhemar Maciel, declarou que o aumento dos problemas sociais no país decorre basicamente da falta de uma reforma agrária eficiente.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edison de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraila F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.